

As Missas do Parto na Ilha da Madeira. Uma tradição a preservar, de Libânia Arminda Henriques Gomes.

por Irene Vaquinhas*

É comum dizer-se que não é fácil realizar sonhos. Estes são, em regra, difíceis, senão mesmo impossíveis de alcançar e, naturalmente, de cumprir. No entanto, estamos perante um sonho cumprido...

O livro da Mestre Libânia Gomes *As missas do parto na Ilha da Madeira. Uma tradição a preservar* que, em boa hora, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais decidiu publicar, é o resultado do sonho há muito acalentado pela autora de dar forma escrita ao dever de memória para com as suas origens madeirenses, expressando, desse modo, o seu apego afectivo à ilha onde nasceu e cujo vínculo nunca cortou, o qual entrecruza com as recordações de um tempo feliz em que, menina e moça, alegremente percorria caminhos e veredas para assistir às missas do parto...

O resultado desse sonho é uma obra com 230 páginas, algumas delas preenchidas com fotografias e demais representações iconográficas que ilustram e complementam o texto, dedicada à tradição popular madeirense das missas do parto. Estas são definidas pela autora como missas, acompanhadas por cânticos e festejos, celebradas, de madrugada, em todas as paróquias da Ilha, em honra da Virgem Maria, localmente também designada por Virgem do Parto, nos nove dias anteriores às festividades do Natal, de 16 a 24 de Dezembro.

Para Libânia Gomes, escrever foi uma ocasião para investigar, estudar e reflectir sobre essa tradição tão antiga e singular, procurando dá-la a conhecer, como memória colectiva, como fundamento identitário, como parte integrante

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Centro de História da Sociedade e da Cultura.

LIBÂNIA ARMINDA HENRIQUES GOMES



AS MISSAS DO PARTO
NA ILHA DA MADEIRA.
UMA TRADIÇÃO A PRESERVAR

DRAC

Funchal, DRAC,
2014, 230 pp.,
ISBN: 978-972-648-193-5.

de um legado de antepassados, no fundo, como elemento representativo do património e da cultura da Ilha da Madeira. Esse estudo culminou na sua dissertação de mestrado, efectuada no âmbito do 2º Ciclo de História, Especialização em Museologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e que esta publicação reproduz, quase na íntegra.

No entanto, como reconhece a autora, não foi fácil trabalhar o assunto, dado o seu carácter “delicado” (p. 114), visto ser um fenómeno simultaneamente devocional e cultural, associando, num mesmo ritual, fé religiosa e actividades profanas.

Para este estudo foi empreendido um rigoroso trabalho de pesquisa e de releitura crítica de fontes históricas, manuscritas, impressas e orais, conciliando-se sabiamente a escrita da história com a análise etnográfica e patrimonial, de forma a poder fornecer um fresco temporalmente alargado da tessitura e das

configurações das missas do parto, no espaço e no tempo, desde épocas mais recuadas aos nossos dias.

Em rigor, o livro divide-se em seis capítulos, incluindo ainda uma introdução em que é feito o enquadramento geral do tema e uma conclusão. Complementa-o a listagem das principais fontes e bibliografia consultadas, um corpo significativo de anexos, um glossário de vocábulos locais referentes à quadra natalícia e uma tabela cronológica das principais normativas jurídicas, nacionais e internacionais, sobre património cultural imaterial.

Qualquer investigação exige um questionamento crítico dos instrumentos conceptuais utilizados, como nos ensina André Desvallées¹. Libânia Gomes segue a metodologia de trabalho sugerida pelo grande museólogo francês e principia o seu livro por uma reflexão teórica sobre conceitos, precisamente o que empreende nos três primeiros capítulos, ao se debruçar sobre a noção

1. DESVALLÉES, André, “Emergence et cheminements du mot patrimoine”, *Musées & collections publiques de France*, N.º 208, septembre 1995, pp. 9-29.

de património, sua etimologia, evolução ao longo do tempo e etapas oficiais da sua preservação.

Acompanha, com minúcia e cuidado, as alterações registadas neste conceito que Françoise Choay qualifica de *nómada*, em particular, a partir do momento em que a palavra, tendo cristalizado na noção de monumento histórico, se começou a alargar e a expandir, o que coincide cronologicamente com as décadas de 1950-1970, passando a incorporar os testemunhos materiais de um tempo desaparecido e orientando-se em direcção a realidades que, sem poderem ser qualificadas como de excepcional valor, são representativas de uma identidade nacional, regional ou local.

Esta metamorfose corresponde a uma evolução silenciosa mas decisiva: a passagem da história nacional à memória nacional, na expressão feliz do historiador François Furet. Por outras palavras: à passagem de uma consciência histórica da nação a uma consciência social, decorrente de uma profunda e progressiva democratização, a qual converteria o património naquilo que alguns autores qualificam de “o sagrado laico das sociedades contemporâneas”.

Desta forma, ao lado da peça única, de excepcional valor, pode conviver o singelo objecto quotidiano, entendido como um sinal ou um pretexto para se aceder à compreensão dos processos da sua produção, do seu fabrico ou uso, mantendo presente na memória os acontecimentos que testemunhou. Como um dia escreveu o historiador Jacques Le Goff, “os objetos relacionados com os homens comuns, quantas vezes anónimos, passaram a ser considerados como documentos, isto é, fontes para o estudo da humanidade”².

Mais próximo dos nossos dias, o conceito foi afectado pela mundialização das ideias alar-

gando-se às múltiplas expressões imateriais ou simbólicas do património cultural, entendidas como “tesouros humanos vivos”, na designação da UNESCO. Tradições orais, artes do espectáculo, danças, músicas, jogos, actos festivos, rituais, saberes étnicos, entre outras expressões vivas, ou seja, práticas, representações, tradições e conhecimentos de grupos e/ou de comunidades herdados do passado e transmitidos aos vindouros, foram incorporadas no conceito, constituindo, na actualidade, um contributo decisivo para a promoção e para o respeito da diversidade cultural e da criatividade humanas, bem como para o diálogo entre culturas, não obstante os numerosos críticos da matéria.

Libânia Gomes acompanha, a par e passo, as convenções internacionais, sobretudo da UNESCO, e os diplomas legais promulgados no nosso país sobre o assunto, em especial a partir do ano de 2003, no momento em que, como salienta, a “expressão património imaterial entrou no discurso oficial português” (p. 29).

Preservar o património passa assim a beneficiar de um entendimento mais alargado, incorporando a necessidade de o reutilizar, animar e de o devolver às comunidades a que pertence, uma vez que deixou de estar apenas confinado ao dever de protecção por parte do Estado, para passar a integrar preocupações de várias camadas sociais. Porém, se, do ponto de vista teórico, a ideia de salvaguarda do património é genericamente aceite tanto pela ideologia vigente como pela opinião pública, já os problemas práticos que decorrem dos processos de salvaguarda e de revitalização são mais difíceis de resolver.

No 4.º capítulo, subordinado ao título “A Madeira como a Ilha da Virgem Maria”, a autora concede particular importância à análise histó-

2. MENDES, J. Amado, “Ecomuseus e museus de sociedade: cultura e saber-fazer”, *Museus e Educação*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013, p. 64.

rica da devoção à Virgem, na Ilha da Madeira, desde o início do seu povoamento, no século XV, enquadrando-a no contexto geral do culto do marianismo em Portugal, cujo panorama geral traça. De origem remota, a devoção estendeu-se a todo o arquipélago, sobretudo por influência da ordem dos Franciscanos, a quem, em grande parte, se deve a fixação da renomada sacralidade da Ilha da Madeira. Foi com esta ordem religiosa que a piedade e a teologia marianas atingiram uma importante marca reflexiva, a qual está bem expressa nas ermidas e romarias que a invocam, como é o caso, entre outras, de Nossa Senhora do Faial ou de Nossa Senhora da Piedade, mencionadas, pelo menos desde o século XV, por Gaspar Frutuoso na sua conhecida obra *Saudades da Terra*. O capítulo termina com a descrição dos usos, dos costumes, das tradições e demais manifestações da religiosidade em honra da Virgem Maria e que, na Ilha da Madeira, estão, sobretudo, associados às festividades do Natal, a *Festa* por excelência. Ressalte-se neste capítulo a forma como a autora soube entrecruzar os secos dados históricos com instantâneos da vida quotidiana, integrando-os cuidadosamente na sociedade envolvente. Detêm-se, com particular enlevo, nas descrições das *lapinhas* ou presépios, nas práticas gastronómicas das festividades natalícias (as broas, a carne de vinho e alhos, os doces de coco...), nos cânticos para as *Novenas do Menino Jesus*, temáticas que ilustra com um conjunto bem seleccionado de fotografias, de imagens ou de textos.

Feitos os adequados enquadramentos históricos e jurídicos e traçado o contexto em que se inserem as cerimónias e os festejos alvo do seu estudo, a autora, no 5.º capítulo, debruça-se, em profundidade, na questão central do livro: *As Missas do Parto na Ilha da Madeira. Uma tradição a preservar*. Neste ponto da obra, Libânia Gomes problematiza a tradição madeirense das

novenas de preparação espiritual para o Natal, cujas origens não estão ainda devidamente esclarecidas. Porém, como salienta, estas parecem remontar às *novenas do Menino Jesus*, cantadas desde longa data, em várias localidades do continente, as quais se afiguram ter constituído o fundamento histórico da difusão, na Ilha da Madeira, da devoção pelos povoadores ao tempo da expansão marítima. Metodologicamente, o estudo prossegue na análise da relação entre o culto da Senhora do Ó e as missas do parto para, por fim, nos brindar com a descrição dos seus rituais, que se iniciam na “véspera”, se materializam na “madrugada” e culminam na “missa”, dando a conhecer os cânticos religiosos (letras e músicas), os instrumentos tradicionais musicais, os festejos que acompanham as cerimónias.

Uma análise que reivindica a preservação patrimonial não estaria completa sem o estudo das suas formas de transmissão, ou seja, sem a tomada de consciência por parte da colectividade social de uma prática que fundamenta a sua identidade e a singulariza das restantes. Com este objectivo, Libânia Gomes fez o levantamento, através da imprensa periódica local, das missas do parto realizadas nas diversas paróquias da ilha desde 1876, data da notícia mais antiga detectada em jornais madeirenses, até ao ano de 1998. A pesquisa efectuada demonstra, de uma forma inequívoca, a antiguidade das celebrações, sobre as quais se possuem registos escritos, pelo menos desde há cerca de cento e trinta anos. A base de dados construída, e que inclui nos Anexos, constitui, sem dúvida, uma ferramenta indispensável para estudos e propostas futuras. A análise da evolução numérica das missas celebradas ao longo do tempo permitiu concluir que os períodos da maior incidência na sua celebração correspondem aos anos conturbados das Grandes Guerras, tanto da 1.ª (1914-1918) como da 2.ª

(1939-1945), reduzindo-se significativamente o seu número a seguir ao 25 de Abril de 1974 para, lentamente, começarem a recuperar a partir de 1987. As localidades, os horários, os templos e as ermidas onde se realizavam são alguns dos aspectos abordados, permitindo ainda a pesquisa salientar a importância dos emigrantes na sua celebração, mandando dizer as missas em cumprimento de promessas, de devoções ou mesmo por meras questões de tradição. Assinalam-se ainda, como elemento significativo, alterações formais na sua organização, acentuando-se, desde os anos 1950, a importância dos cânticos, senão mesmos dos coros e da música instrumental, com grande relevo na actualidade, em estreita ligação com animação de rua, num íntimo entrelaçar entre o sagrado e o profano.

As missas do parto como património a preservar é a conclusão há muito anunciada por este livro, entendendo ainda a autora que estas podem constituir uma oportunidade de desenvolvimento tendente à inversão ou, pelo menos, atenuação de problemas que configuram a sociedade, indo, neste aspecto, ao encontro do pensamento de Yves Champetier, para quem “quer seja natural ou cultural, paisagístico ou arquitectónico, histórico ou artístico, o rico património dos territórios rurais europeus representa, efectivamente, um recurso a valorizar e a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento”³. Vai, no entanto, mais longe, ao propor a elevação das missas do parto a património imaterial da humanidade.

No momento em que expressões do património religioso estão no centro de processos de

longo fôlego, reconhecidas como patrimónios culturais imateriais da humanidade, como foi o caso, no ano de 2013, das festas dedicadas à Virgem da Nazaré da cidade do Pará ou, mais recentemente, em Novembro de 2014, das festividades da Virgem da Candelária, na cidade de Puno, no Peru, tal proposta não podia ser mais certa e oportuna. A leitura circunstanciada dos pareceres positivos da UNESCO para os dois casos referidos permite verificar que a base da sua fundamentação assenta na articulação estreita entre rituais religiosos e tradições musicais, danças e artesanato, na ligação entre o passado e o presente, associando gerações distintas e ainda na sua capacidade de criar espaços de intercâmbio e de coesão social.

Porém, independentemente da proposta apresentada, a obra alerta para o dever de se conservar um património singular, de o dar a conhecer e de o transmitir às gerações futuras. A terminar esta *leitura breve*, a palavra é da autora: “Seria, por isso, de toda a conveniência, em nome da sua preservação, a sua candidatura formal a património cultural imaterial, porque foi uma herança deixada, ao longo de várias gerações e que começa a perder a sua forma genuína, mas que nos cabe preservar e valorizar o que ainda existe, em prol da sua salvaguarda” (p. 116).

O repto está lançado. O livro *As missas do parto na Ilha da Madeira. Uma tradição a preservar* da Mestre Libânia Gomes abre horizontes novos a uma prática religiosa profundamente marcada no imaginário e nas vivências madeirenses desde há longos anos. Se mais motivos não houvesse, só por esse vale a pena a sua leitura...

3. Cit. in ALVES, João Emílio, “Sobre o património rural: contributos para a clarificação de um conceito”, p. 3 (PDF Sobre o «património rural»:comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/.../Património%20rural.pdf, accedido 01-12-2014; 20.30).